RICFAMMA
Revista de Iniciação Científica da Famma

# INSEGURANÇA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA EMPREGABILIDADE E DISTRIBUIÇÃO SALARIAL
# FOOD INSECURITY: AN ANALYSIS OF EMPLOYABILITY AND SALARY DISTRIBUTION

**Naheda Rodrigues Gobbi**

UNIFAMMA, Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: nahedagobbi807@gmail.com.

**Resumo**

Considerando a volta do país ao mapa da fome e ocupando um lugar importante na agenda política, social e econômica do Brasil, nesta pesquisa aborda-se uma relação da insegurança alimentar e empregabilidade em contexto brasileiro. Especificamente destacará, em primeiro, a relação salarial das famílias brasileiras, e logo, o impacto da pandemia da Covid-19 na alimentação. Busca-se entrelaçar a metodologia hipotética dedutiva e dados estatísticos disponíveis, a fim de testá-los, formular bases críticas e verificar se contestará as hipóteses sujeitas as condições alimentares no país.

**Palavras-chaves:** Insegurança alimentar. Políticas públicas alimentares. Acesso alimentar.

**Abstract**

Considering the country's return to the hunger map and occupying an important place on Brazil's political, social and economic agenda, this research addresses the relationship between food insecurity and employability in the Brazilian context. Specifically, it will highlight, first, the salary ratio of Brazilian families, and then, the impact of the Covid-19 pandemic on food. The aim is to intertwine the hypothetical deductive methodology and available statistical data, in order to test them, formulate critical bases and verify whether the hypotheses subject to food conditions in the country will be challenged.

**Keywords:** Food insecurity, Public food policies, Food access.

## 1 Introdução

O Brasil voltou ao mapa da fome em 2022 oito anos após deixar a lista. De acordo com o mais recente levantamento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), mostra que 10 milhões de brasileiros estão em plena situação de fome, enquanto 21,1 milhões em condição de insegurança alimentar. Já especificando, insegurança

alimentar é um fenômeno que acontece quando alguém não consegue acessar fisicamente, economicamente e socialmente os alimentos necessários para satisfazer suas carências. Essa expressão vem da lógica capitalista, produto de suas desigualdades sociais, onde a concentração dos meios de produção restringe a disponibilidade de alimentos e o acesso das pessoas a eles.

Contextualizando junto aos dados estatísticos, deve-se levar em consideração o retrocesso que o país enfrentou diante da pandemia da Covid-19 a partir do ano de 2019, que segundo a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2021) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB, 2021) 59% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar diminuindo o consumo de alimentos importantes como carnes e frutas.

Ao longo dos séculos, a escassez de alimentos representou um desafio para a humanidade, mas os avanços científicos permitiram superar, em parte, essa tragédia, especialmente no que se refere à capacidade de produção alimentar. A noção de Segurança Alimentar emerge durante o período da Segunda Guerra Mundial. Após sua concepção, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação estabeleceu um indicador para mensurar a disponibilidade calórica per capita de cada nação. A preocupação com o acesso das pessoas aos alimentos essenciais para sua subsistência e qualidade de vida ganhou notoriedade a partir das contribuições de Josué de Castro na FAO nos anos 1950, um marco que impulsionou debates contínuos até os dias atuais.

Paralelamente, a discussão acerca da qualidade alimentar ganhou considerável destaque. Não basta apenas ter acesso a uma determinada quantidade de alimentos se essa oferta não estiver alinhada com padrões adequados de qualidade. Essas reflexões destacam a complexidade do tema neste presente, ressaltando a necessidade de abordagens multidimensionais que considerem não apenas a quantidade, mas também a qualidade e a sustentabilidade na produção e distribuição de alimentos. A contínua discussão e análise desses temas são fundamentais para direcionar políticas eficazes que enfrentem de maneira abrangente a insegurança alimentar, garantindo não apenas acesso, mas também alimentos de qualidade, promovendo, assim, uma nutrição adequada e sustentável para toda a população.

Entre todos os fatores que possam resultar desse problema social, nesse artigo destaca-se como objetivo geral em como o contexto social e econômico no Brasil impossibilitam o direito à alimentação de grande parte das famílias brasileiras. Além disso, a investigação se torna necessária e informativa, principalmente por levar em conta os objetivos específicos da pesquisa: a) Empregabilidade e renda; b) Políticas Públicas: a pesquisa sobre insegurança alimentar fornece dados essenciais para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, como programas de assistência social,

distribuição de alimentos e subsídios; c) Diferenças regionais: as diferenças nos empregos disponíveis em diferentes regiões do Brasil são bastante significativas e geralmente estão ligadas a vários fatores, como desenvolvimento econômico, estrutura industrial, recursos naturais, infraestrutura, investimentos, entre outros; d) Impactos da Covid-19: teve impactos duradouros na segurança alimentar na disponibilidade de emprego, e muitos desses efeitos persistem até hoje no Brasil e em várias partes do mundo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se o método hipotético-dedutivo, que consistem em: problema, solução baseada numa teoria e dedução das consequência, por fim, teste de falseamento, concebido por Karl Popper (POPPER, 2013), tal processo surge quando o conhecimento existente não explica um fenômeno. Ele envolve formular hipóteses para resolver esses problemas e deduzir previsões testáveis. Ao contrário do método dedutivo, que busca confirmar uma hipótese, no hipotético-dedutivo, procura-se evidências para refutá-la, buscando invalidar suas consequências. Esse processo de refutação constante é essencial para melhorar e aprimorar o entendimento científico.

Para fortalecer o método hipotético-dedutivo, a metodologia estatística foi integrada, permitindo uma análise quantitativa da sociedade para validar as hipóteses, considerando um todo. Esse segundo método baseia-se na teoria estatística da probabilidade e apoia as investigações em ciências sociais. Contudo, a insegurança alimentar como fonte do problema, se baseia na teoria de que problemas econômicos como o desemprego e a má distribuição salarial resulte no difícil acesso a alimentação no Brasil, seguido logicamente de diversos outros fatores específicos. As conclusões estatísticas não devem ser tidas como absolutamente verdadeiras, mas sim altamente prováveis. A pesquisa e suas deduções foram respaldadas por dados numéricos, resultando em conclusões razoavelmente precisas.

## 2 Empregabilidade e renda

Antes de adentrar de fato à linha de raciocínio em desenvoltura, busca-se entender como a população brasileira se comporta ao problema citado em pesquisa e em quais posições os indivíduos podem estar considerando o contexto em que o Brasil se encontra. A falta de segurança alimentar tem impactos profundos na sociedade. Isso pode levar a consequências físicas e principalmente mentais significativas. Numa entrevista publicada pela CNN (RIGUE, 2020), o médico neurocirurgião e professor da USP Fernando Gomes, reafirmou a importância da alimentação para o funcionamento do corpo humano, a falta de nutriente impacta na eficácia dos neurônios, sem contar a influência no comportamento do indivíduo. Nas crianças os

impactos podem ser ainda mais sérios, que segundo o médico, compromete seu desenvolvimento.

Socialmente, pode ampliar desigualdades, aumentar a dependência de programas assistenciais e contribuir para problemas de saúde pública. Além disso, a insegurança alimentar pode impactar negativamente a produtividade e o potencial econômico de uma comunidade ou país.

O IBGE usa a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA, 2014) para categorizar a percepção das famílias sobre acesso aos alimentos em três níveis: leve, moderado ou grave. No nível leve, há preocupação com a quantidade ou qualidade dos alimentos, indicando receio de passar fome em breve. Na categoria moderada, a família tem restrições na qualidade ou quantidade de comida disponível. Já a insegurança alimentar grave significa a ausência de alimentos e fome.

Em uma entrevista publicada pela Agência Brasil, o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos ,afirmou que, o Brasil enfrenta uma má distribuição de alimentos sem contar desperdícios que faz com que milhões de pessoas sejam afetadas pelo problema da fome no país. Além disso, a segurança alimentar não se limita apenas a quantidade de comida disponível, ou fatores informativos (CRUZ, 2016).

Mencionado o problema de pesquisa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística expôs que a taxa desemprego no Brasil durante o terceiro trimestre do ano de 2023 foi avaliado em 7,7% (IBGE, 2023). A falta de emprego é uma das principais causas da insegurança alimentar, afetando diretamente a capacidade das pessoas de garantir alimentos adequados para si mesmas e suas famílias. O indivíduo pode ter a renda reduzida ou inexistente que resulta na perda ou na redução significativa da renda familiar, o que limita drasticamente a capacidade de comprar alimentos básicos e nutritivos.

O Brasil é exportador de vários produtos, está envolvido grandemente no mercado internacional, e em várias cadeias produtivas, e por isso, o preço internacional acaba refletindo aqui. Em 2020 a moeda nacional foi desvalorizada, acirrando a transmissão dos preços externos para o mercado interno, o país está ligado ao problema de situação internacional, sem nenhuma intervenção e desvalorizando o consumidor interno. Mas deve-se considerar que o preço é alto para pobre ou os muito pobres, gastando por volta de 40% da sua renda, enquanto os ricos de 5% a 10% (NOGUEIRA, 2022).

A diminuição da renda conduz ao aparecimento da fome. De maneira que a fome só será efetivamente combatida com o retorno de um processo de crescimento que crie mais empregos e possibilite à mão de obra o acesso a uma renda para que possa se alimentar e estar presente

no dia, no mês e no ano seguinte, ao posto de trabalho, produzindo mais valor. Em segunda análise de acordo com dados do Dieese (CBS, 2023), seria necessário um salário mínimo de R$ 6,2 mil para manter uma família de quatro pessoas, cinco vezes mais do que o valor atual. Isso pode ser comparado com os preços da cesta básica em diferentes cidades, onde São Paulo apresenta o custo mais alto, atingindo R$ 779,38, enquanto Aracaju tem o valor mais baixo, com R$ 552,97. Em média, na capital do país, a cesta básica fica em torno de R$ 670,98, o que representa cerca de 60% do salário mínimo. Esses números refletem a situação de crise na segurança alimentar do país, indicando que aproximadamente um em cada quatro brasileiros enfrenta dificuldades para garantir comida suficiente para suas famílias.

Segundo a Constituição Federal, a remuneração mínima deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Conforme a tabela a seguir, faz-se a relação entre o salário mínimo e o salário necessário conforme o decorrer do ano de 2023:

**Figura 1** – Comparação entre o salário mínimo nominal e o necessário no ano de 2023.

| Período | Salário mínimo nominal | Salário mínimo necessário |
|---|---|---|
| 2023 | | |
| Outubro | R$ 1.320,00 | R$ 6.210,11 |
| Setembro | R$ 1.320,00 | R$ 6.280,93 |
| Agosto | R$ 1.320,00 | R$ 6.389,72 |
| Julho | R$ 1.320,00 | R$ 6.528,93 |
| Junho | R$ 1.320,00 | R$ 6.578,41 |
| Maio | R$ 1.320,00 | R$ 6.652,09 |
| Abril | R$ 1.302,00 | R$ 6.676,11 |
| Março | R$ 1.302,00 | R$ 6.571,52 |
| Fevereiro | R$ 1.302,00 | R$ 6.547,58 |
| Janeiro | R$ 1.302,00 | R$ 6.641,58 |

Fonte: DIEESE (2023)

A tabela apresentada se baseia numa pesquisa feita pelo Dieese (2023), entidade governamental com objetivo de pesquisar sobre a demanda de trabalhadores, fundada em 1995. A metodologia utilizada por eles é um estudo com base na cesta básica de alimentos abrangendo um custo de família composta por no mínimo 4 pessoas, considerando: estruturas das cestas básicas por região; locais de coleta; ponderação dos produtos por tipo de equipamento de

comércio; cadastro e amostra dos locais; tipos, marcas e unidades de medida por produto; modelo de questionários e calendário de levantamento. A coleta dessas informações são principalmente feitas em supermercados, feiras, açougue e padarias. A pesquisa é feita mensalmente considerando as 17 capitais, obtendo uma média de valores, então, levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele, o valor do salário mínimo necessário para a manutenção de quatro pessoas deveria ter sido de R$ 6.210,11 em outubro.

Diante das situações de vulnerabilidade, esse grupo social especificamente dependera de ajudas externas, aplicando neste, as políticas públicas oferecidas pelo governo. Elas têm enfrentado desafios significativos e variados em sua eficácia. Embora tenham sido estabelecidas para garantir o acesso a alimentos nutritivos e suficientes para toda a população, sua efetividade é frequentemente questionada, visto que, seu orçamento é limitado e enfrentam cortes consideráveis afetando diretamente sua capacidade de atender às necessidades alimentares da população. Houve reduções de verbas entre 95% e 97% em ações como o Alimenta Brasil.

O programa Alimenta Brasil, por exemplo, teve um orçamento de 586 milhões de reais em 2012, mas em 2019 não ultrapassou os 100 milhões. Durante a pandemia, emendas parlamentares aumentaram o orçamento para cerca de 500 milhões, porém menos de 300 milhões foram efetivamente utilizados. Em 2021, devido à continuidade da pandemia, o orçamento caiu para 58,9 milhões. Apesar das promessas de combate à fome feitas na ONU, em 2022 o governo praticamente extinguiu o programa, gastando apenas 89 mil reais até maio. As consequências desses cortes atingiram diretamente pequenos agricultores, em situação de insegurança alimentar grave, pois a condição da terra foi insuficiente para o plantio e produção de estiagem como no caso do programa de cisternas que está paralisado desde 2021 sem previsão de retorno, resultando na diminuição da oferta nutricional. Além disso, durante este episódio o Brasil considerava aproximadamente 33 milhões de pessoas passando fome, sem contar o desemprego gerado e a falta de oportunidade por conta da quebra do programa (CASADO, 2022).

O acesso à alimentação toma outra proporção quando falamos em aumento da inflação no preço dos alimentos, afetando diretamente a economia e na vida das pessoas. A inflação, que reflete o aumento geral de preços na economia, também pode ser influenciada pelo aumento nos preços dos alimentos. Isso afeta o poder de compra das famílias, especialmente as de baixa renda, que gastam uma parcela maior de sua renda em alimentos.

Analisar a eficácia das políticas públicas na prática é crucial, especialmente para compreender o envolvimento da sociedade e a execução por parte do governo. É fundamental que tanto cidadãos quanto gestores entendam suas responsabilidades diante das leis e previsões legais. Os cidadãos devem compreender a formulação das políticas e seus direitos, enquanto a gestão pública deve cumprir suas responsabilidades na agenda política, especialmente em questões que demandam atenção governamental e têm forte impacto. No entanto, a qualidade das políticas públicas não é absoluta, já que as falhas do governo, como o uso inadequado de recursos, sonegação de impostos, fraude em licitações e subsídios injustificados, limitam seu potencial de impacto positivo.

Ainda nesse contexto, não se pode deixar de citar que a inflação nos alimentos voltou a ser o foco a partir do ano de 2022. Conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fechou o ano com alta de 5,8% (FERREIRA, 2023). Diversos elementos podem elucidar o comportamento desses valores. Aumentos nos gastos de produção, por exemplo, devido à elevação dos valores internacionais dos fertilizantes, combinados com as dificuldades climáticas derivadas do fenômeno La Niña, que reduziu a produção de cultivos essenciais, tiveram um impacto notável nos valores de venda.

Ao examinar a trajetória dos valores ao longo do ano, nota-se que, além de as elevações percebidas na entressafra terem sido consideravelmente superiores às reduções nos períodos de colheita, algumas culturas ainda manifestaram um comportamento fora do padrão em 2022. Diante desse cenário políticas que visam promover a produção agrícola, melhorar a infraestrutura logística, investir em tecnologias para aumentar a produtividade e incentivar a diversificação dos cultivos podem contribuir para a estabilidade dos preços dos alimentos. Abordagens que busquem fortalecer a segurança alimentar e promover práticas agrícolas sustentáveis também são fundamentais para lidar com os desafios econômicos relacionados aos aumentos nos preços dos alimentos no Brasil.

Desde os primórdios da filosofia ocidental na Grécia antiga, têm sido realizadas considerações filosóficas sobre a tecnologia. Por exemplo, Platão argumentou que a tecnologia é uma imitação da natureza e descreveu o universo criado como sendo obra de um artífice. Aristóteles, por sua vez, observou que, em certos casos, a tecnologia complementa o que a natureza não consegue concluir. Além disso, ele fez uma distinção entre elementos naturais (*physis*) e artefatos (*poiesis*), já que estes últimos são gerados (e mantidos) somente por causas externas humanas, ao contrário dos princípios internos das coisas naturais. De maneira similar, o filósofo também diferenciou a techné, que representa o conjunto de conhecimentos vinculados

a uma prática, da episteme, termo que nos dias atuais estaria associado ao conhecimento científico (FREITAS, 2017).

O avanço tecnológico tem uma influência significativa no mercado de trabalho e no desemprego devido à automação e à introdução de sistemas inteligentes. Embora a tecnologia tenha trazido eficiência e inovação para muitos setores, também causou mudanças estruturais na forma como as tarefas são realizadas e empregos são criados.

Algumas influências apresentadas pelo rápido avanço tecnológico são: automação de tarefas, substituição da mão de obra humana pela robotizada, levando a demanda por certas habilidades e, consequentemente ao desemprego em certos setores; deslocamento de funções, a medida que novas tecnologias são introduzidas, algumas ocupações tornam-se obsoletas, levando à necessidade de requalificação e reorientação profissional para se adequarem às novas demandas do mercado; aumento de produtividade, a tecnologia muitas vezes aumenta a produtividade, o que pode levar a uma redução no número de empregos disponíveis, especialmente em áreas onde a automação substitui tarefas repetitivas, aliás, para a empresa que visa o lucro de capital, se recoloca em posição favorável no mercado; necessidade de habilidades digitais, o cenário exige que os trabalhadores adquiram habilidades digitais e capacidade de adaptação para acompanhar o ritmo das mudanças, caso contrário, podem enfrentar dificuldades no mercado de trabalho. Assim como impactos em setores específicos, desigualdades sociais e econômicas em relação a habilidades tecnológicas, entre outros (NETO, 2018).

No documento emitido pelo Fórum Econômico Mundial, os avanços tecnológicos serão responsáveis por modificar 23% das ocupações até 2027. Como consequência, 84 milhões de postos de trabalho podem ser eliminados, mas em contrapartida, 69 milhões outros criados (SOUZA, 2023)

Em resumo, enquanto a tecnologia traz benefícios em termos de eficiência e inovação, seu impacto no mercado de trabalho pode ser um desafio, demandando adaptação constante dos trabalhadores e políticas que busquem equilibrar os avanços tecnológicos com a manutenção do emprego e do desenvolvimento profissional.

Compactuando com a linha traçada entre a empregabilidade e baixa renda, não se pode deixar de citar as distinções regionais que levam ao difícil acesso á alimentos, elevando o índice de insegurança alimentar e reduzindo taxa de empregos e ocupação.

Analisando o Nordeste e o Sul do Brasil como exemplos, no primeiro trimestre de 2022, a taxa de desemprego foi de 14,9% e 6,5% respectivamente. O Nordeste historicamente enfrenta desafios sociais, como deficiências na diversificação agrícola, secas frequentes e, embora tenha

melhorado em qualidade de vida, ainda mantém baixos indicadores socioeconômicos em comparação com outras partes do país. Alguns municípios na região Nordeste, como Fernando de Noronha, Recife, Aracaju, Natal, Salvador e Fortaleza, apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado.

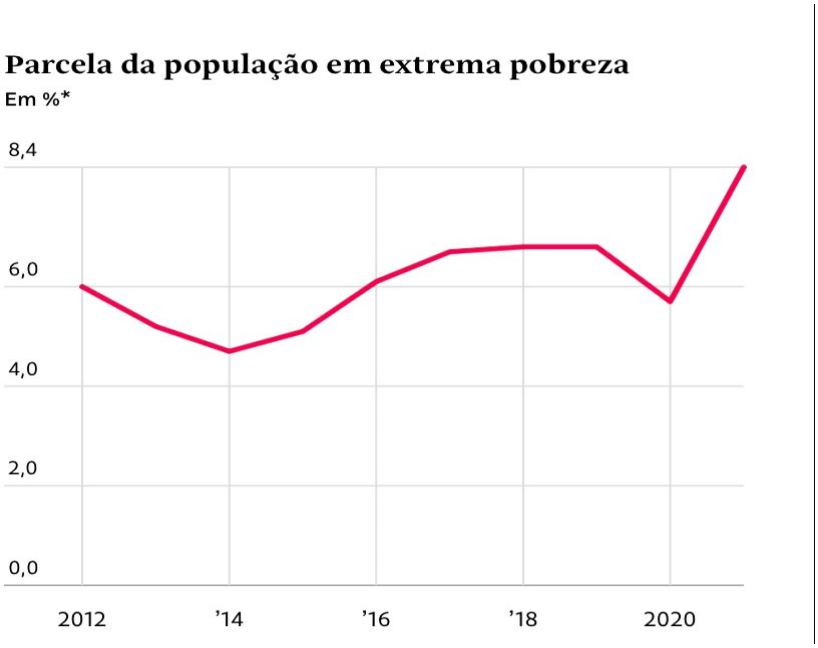
Em contraste, o Sul possui uma taxa de participação na força de trabalho superior à média nacional (IBGE, 2023). Paraná e Rio Grande do Sul registram taxas de desemprego de 5,3% e 6%, respectivamente. Além disso, Santa Catarina apresenta o maior nível de emprego já registrado em um estado brasileiro, com 65,8% da população com 14 anos ou mais ocupada. Esses dados destacam como a empregabilidade é crucial para a segurança alimentar e como vários fatores podem influenciar na criação ou extinção de empregos, incluindo fatores regionais e socioeconômicos.

## 3 O impacto da Covid-19 na segurança alimentar brasileira

A situação se intensificou durante a pandemia da Covid-19, sem contar o alto índice de desemprego não só no Brasil, como no mundo. A pandemia gerou diversos impactos na insegurança alimentar. Ela ampliou as vulnerabilidades pré-existentes e agravou a situação para muitas comunidades. O fechamento de fronteiras e restrições de movimento afetaram a produção de alimentos, sua distribuição e acesso. O impacto econômico foi maior em cidades que possuíam ligações comerciais, como, Foz do Iguaçu, Rivera e Posadas, tendo como resultado, a queda do PIB em 4,9% previsto já anteriormente pelo Fundo Monetário Internacional. As interrupções na cadeia de abastecimento provocaram aumentos nos preços dos alimentos em alguns lugares, tornando-os inacessíveis para famílias de baixa renda. Por exemplo, com as escolas públicas sem funcionando, as famílias passaram a ter que arcar com as refeições de todas as crianças da casa, o estudo apontou uma queda brutal de 40% no consumo de carnes, frutas e queijos, e de 36% em hortaliças e legumes (MARTINELLI, 2021). Segundo a matéria publicada pela Folha de São Paulo, houve piora no crescimento da extrema pobreza, a relação direta entre a renda das famílias e a garantia de alimentos torna evidente o crescimento da extrema pobreza, uma das causas principais do agravamento da fome. Em 2021, o país registrou 17,9 milhões de pessoas vivendo com menos de US$ 1,90 por dia, um aumento de 48,2% em relação ao ano anterior. Esse índice tem mostrado uma trajetória de piora constante desde 2014, com um declínio pontual em 2020 devido ao Auxílio Emergencial distribuído durante a pandemia (MANTOVANI, 2023). Mesmo antes dos dados sobre insegurança

alimentar serem divulgados, já previámos o aumento da fome, visto o crescimento dos índices de pobreza e extrema pobreza como mostra o gráfico abaixo:

**Figura 2** – Amostra da população em extrema pobreza no Brasil entre os anos de 2012 a 2020.




**Fonte:** IBGE (2022)

Durante a pandemia, apenas 44,8% das famílias tinham garantido acesso regular a comida, o que significa que em 55,2% dos lares, as pessoas lidavam com insegurança alimentar. Isso representa um aumento de 54% desde 2018, quando era de 36,7%. Traduzindo em números, durante esse período, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso constante a alimentos suficientes. Dentre eles, 43,4 milhões (20,5% da população) não tinham comida em quantidade adequada (insegurança alimentar moderada ou grave), enquanto 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome, ou melhor, em insegurança alimentar grave (DSSBR, 2021).

É evidente que a conjunção das crises econômica, política e de saúde levou a uma significativa redução da segurança alimentar em todo o Brasil. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), em março de 2021, a taxa de desemprego atingiu 15,1%, um aumento de 2,3 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso sugere que o mercado de trabalho ainda não se recuperou totalmente. Além disso, o número de pessoas em idade ativa que desistiram de procurar

emprego aumentou nos últimos 12 meses, passando de 4,8 milhões para quase 6 milhões, representando um aumento de 25% nesse contingente de desalentados.

Se tratando do mesmo cenário a revista Agência Brasil mostrou ainda que, no primeiro trimestre de 2021, se comparado ao mesmo período de 2020, a taxa de desocupação foi maior para as mulheres (17,9%) do que para os homens (12,2%). Além disso, os mais jovens seguem como os mais prejudicados, com taxa de desocupação de 31%; enquanto o desemprego dos mais idosos é menor (5,7%). Na escolaridade, os trabalhadores com ensino médio incompleto e completo foram os mais impactados pela pandemia na relação com as taxas de desocupação, que avançaram de 20,4% e 14,4% para 24,4% e 17,2%, de 2020 para 2021, respectivamente. Já os trabalhadores com menor taxa de desemprego, no período, foram os que possuem ensino superior (10,4%).

Concluindo, a insegurança alimentar se tornou uma realidade alarmante para uma grande parcela da população. Mais da metade das famílias enfrentavam dificuldades para ter acesso regular a comida, representando um aumento significativo desde 2018. Isso resultou em uma parte da população brasileira sem acesso constante a alimentos suficientes, e a outra em situação de insegurança alimentar grave, enfrentando fome. Isso ressalta a urgência de políticas coordenadas para abordar não apenas a insegurança alimentar, mas também o desemprego estrutural que afeta grupos específicos da população, visando garantir acesso adequado a alimentos e oportunidades de trabalho para todos.

## 3 Considerações finais

Retomando-se o problema orientador de pesquisa: qual a relação entre a insegurança alimentar e a empregabilidade seguida de uma má distribuição de renda? A hipótese prevista é de que atualmente as famílias brasileiras não possuem fácil acesso a alimentos, visto que, aqui exposto diversos dados estatísticos, o Brasil sofre de uma má distribuição de renda e empregabilidade, sustentada por inúmeros fatores como avanços tecnológicos, impactos sociais, a pouca eficácia das políticas públicas, sem contar as diferenças regionais e no que elas influenciam.

A insegurança alimentar é um problema complexo que afeta significativamente o contexto brasileiro, gerando impactos sociais e econômicos extensivos. A hipótese de que as famílias no Brasil enfrentam dificuldades no acesso a alimentos é fundamentada em diversos fatores.

Primeiramente, a má distribuição de renda no país é um dos principais impulsionadores da insegurança alimentar. Apesar dos avanços econômicos, uma parte significativa da população ainda vive em condições de pobreza e desigualdade, o que limita seu poder de compra de alimentos nutritivos e acessíveis.

A questão da empregabilidade também desempenha um papel crucial. A falta de oportunidades de trabalho digno e bem remunerado impacta diretamente a capacidade das famílias de adquirirem alimentos de qualidade, levando a uma dependência de opções mais baratas e muitas vezes menos nutritivas.

Além disso, as disparidades regionais no Brasil têm um impacto considerável na disponibilidade e acesso aos alimentos. Em áreas mais remotas e economicamente desfavorecidas, a logística para fornecer alimentos frescos e variados pode ser desafiadora, aumentando a insegurança alimentar nessas regiões.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na mitigação desse problema, porém, a eficácia dessas políticas muitas vezes é questionável. A falta de coordenação entre diferentes esferas do governo, a corrupção e a falta de investimento em programas sustentáveis de segurança alimentar podem limitar o impacto positivo das iniciativas governamentais.

Contudo, a importância “prática” dos estudos das políticas públicas, buscam compreender a eficácia na participação popular e a execução frente a gestão pública. E ainda é importante que ambos saibam suas responsabilidades frente as previsões legais. O cidadão deve buscar compreender a formulação das políticas e seus direitos. A gestão pública deve estar encarregadas das suas responsabilidades na agenda política se tratando de problemas e assuntos que chamariam a atenção do governo e que possuem forte repercussão (SCHMIDT, 2019). Portanto, a qualidade nas políticas públicas não são de certo modo, cem por cento, visto que, as falhas do governo são inúmeras, contando com, uso indevido de recursos, sonegação de impostos, fraudando licitações, subsídios injustificados, impedem um maior aproveitamento delas.

Para enfrentar efetivamente a insegurança alimentar no Brasil, são necessárias abordagens integradas que visem não apenas a distribuição imediata de alimentos, mas também políticas de longo prazo que abordem questões estruturais, como a educação, o acesso ao emprego e a equidade social. A colaboração entre o governo, organizações não governamentais, setor privado e a sociedade civil é fundamental para promover mudanças significativas e sustentáveis nesse cenário.

**Referencias**

CRUZ, Elaine Patrícia. **Produção de alimentos é suficiente, mas ainda há fome no país, diz pesquisador**. AgênciaBrasil, São Paulo, 16 jul 2016. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-07/producao-de-alimentos-e-suficiente-mas-ainda-ha-fome-no-pais-diz. Acesso em: 02 dez 2023.

**DESEMPREGO, INFORMALIDADE E INFLAÇÃO DEVEM AGRAVAR FOME NO PAÍS ESTE ANO**. Andes Sindicato Nacional, 03 mar 2022. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/brasil-um-pais-chamado-fome1. Acesso em: 02 dez 2023.

FERREIRA, Diego. **Inflação de alimentos: como se comportaram os preços em 2022.** Carta de Conjuctura, 13 jan 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/inflacao-de-alimentos/#:~:text=Infla%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%3A%20como%20se%20comportaram%20os%20pre%C3%A7os%20em%202022&text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Pre%C3%A7os%20ao,por%20quase%20metade%20este%20resultado. Acesso em: 14 dez 2023.

FREITAS, Jonathan. **Filosofia da Tecnologia – um breve histórico**. Associação Cristãos na Ciência, 13 dez 2017. Disponível em: https://www.cristaosnaciencia.org.br/filosofia-da-tecnologia-um-breve-historico/. Acesso em: 14 dez 2023.

GALINDO, Eryka. Et al. **Insegurança alimentar cresce no país e aumenta vulnerabilidade à Covid-19**. Faculdade de Medicina UFMG, 20 abr 2021. Disponível em: https://www.medicina.ufmg.br/inseguranca-alimentar-cresce-no-pais-e-aumenta-vulnerabilidade-a-covid-19/. Acesso em: 26 nov 2023.

**Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. DSSBR, 13 abr 2021. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/#:~:text=Hoje%2C%20em%20meio%20%C3%A0%20pandemia,de%20brasileiros%20est%C3%A3o%20passando%20fome. Acesso em: 03 dez 2023

IKEDA,Walter Lucas; TEIXEIRA,Rodrigo Valente Giublin. O direito à alimentação na perspectiva de Emmanuel Lévinas: aportes para um debate a partir do filme “OPoço”. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro,2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/64360/44841. Acesso em: 26 nov 2023.

LEGNAIOLI, Stellla. **O que é insegurança alimentar?** Impactos e dimensões. eCycle. Disponível em: https://www.ecycle.com.br/inseguranca-alimentar/. Acesso em: 02 dez 2023.

LIMA, Juliana. **Mapa da Fome sinaliza que países estão longe da meta para zerar indicador até 2030; entenda**. G1, Brasília, 31 ago 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/mapa-da-fome-sinaliza-que-paises-estao-longe-da-meta-para-zerar-indicador-ate-2030-entenda.ghtml. Acesso em: 26 nov 2023.

MANTOVANI, Flávia. **Oito gráficos que explicam a escalada da fome no Brasil. Folha De S.Paulo**, São Paulo 27 set 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2023/09/oito-graficos-que-explicam-a-escalada-da-fome-no-brasil.shtml. Acesso em: 03 dez 2023.

MEIRELLES, Alexa. **Taxa de desemprego recua e fica em 7,7% no 3º trimestre de 2023**. UOL, São Paulo, 22 nov 2023. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/11/22/pnad-terceiro-trimestre-2023.htm#:~:text=Segundo%20dados%20do%20IBGE%2C%20no,por%20dois%20anos%20ou%20mais. Acesso em: 02 dez 2023.

NETO, Amanda. **Automação e desemprego: existe realmente uma relação direta?**. Pollux Part of Accenture, 26 set 2018. Disponível em: https://pollux.com.br/blog/automacao-e-desemprego-existe-uma-relacao-direta/. Acesso em: 14 dez 2023.

NOGUEIRA, Pablo**. Sucesso na exportação de alimentos é ma das causas de alta no custo da comida no Brasil.** Jornal da unesp. Disponível em: https://jornal.unesp.br/2022/05/02/sucesso-na-exportacao-de-alimentos-e-uma-das-causas-de-alta-no-custo-da-comida-no-brasil/. Acesso em: 06 mai 2023

**PESQUISA NACIONALDA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS**. Dieese, 2023. Disponível em:https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html. Acesso em: 02 dez 2023.

RIGUE, André. **Correspondente Médico: Quais os efeitos da fome na saúde e no comportamento?** CNN Brasil, 10 set 2020. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/correspondente-medico-quais-os-efeitos-da-fome-na-saude-e-no-comportamento/. Acesso em: 14 dez 2023.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, jan. 2019. ISSN 1982-9957.

**SEGUNDO INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**. Rede Penssan, 2021. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/#:~:text=A%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20se%20manifesta,41%2C2%25%20no%20Nordeste. Acesso em: 03 dez 2023.

SOUZA, Luiz Paulo. **Futuro do trabalho: 23% das ocupações devem se modificar até 2027**. Veja Mercado, 01 mai 2023. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/futuro-do-trabalho-27-das-ocupacoes-devem-se-modificar-ate-2027. Acesso em: 04 dez 2023.

UNB. **Seis em cada dez lares brasileiros apresentam insegurança alimentar, aponta pesquisa**. UnBCIÊNCIA, 29 abr 2021. Disponível em: https://unbciencia.unb.br/humanidades/91-ciencia-politica/674-seis-em-cada-dez-lares-brasileiros-apresentam-inseguranca-alimentar. Acesso em: 14 dez 2023.